

Quando pensamos em políticas de segurança pública, o uso de tecnologias de vigilância e o envolvimento comunitário são temas que apresentam deficiências em termos de discussão e de efetivação. Não obstante, o uso de tecnologias de monitoramento passa a ser intensamente utilizado, seja pelo poder público ou através de iniciativas privadas, sem que haja a necessária reflexão sobre os efeitos e os motivos para essa ação. Nosso objeto de estudo é o processo de implementação de câmeras de monitoramento no centro de Farroupilha, uma pequena cidade situada na serra gaúcha. Problematizando o uso desta tecnologia como um dispositivo que inova e modifica o controle social formal, buscamos compreender os motivos para a implementação de câmeras nesta cidade. Especificamente nos ocupamos das concepções de controle social presentes nos posicionamentos e discursos dos principais responsáveis por essa iniciativa, na forma pela qual o uso dessa tecnologia é justificado nestes discursos, sobretudo, no que tange as condições de sua implementação e da adesão por parte da “comunidade”. A metodologia utilizada compreendeu entrevistas semi estruturadas com membros das organizações envolvidas; análise de documentos institucionais e reportagens de dois jornais locais, considerando o período de 2004 a 2008. O material foi analisado com o software NVIVO8. Concluimos que a iniciativa é justificada pelo sentimento social de insegurança gerado pela identificação de um padrão de crimes e criminosos na cidade, composto por criminosos reincidentes que se deslocam de cidades maiores e pela ação do crime organizado especializado em roubo a bancos. Apesar da presença constante nos discursos sobre a forte participação da comunidade, verifica-se que esta fica limitada a pequena representatividade de setores da população.